

**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



**Sapucaia**

**SECRETARIA DA MESA**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 13, DE 03 DE ABRIL DE 2018**

Processo nº  
Nº 20605 / 138 / 2018

**Senhor Presidente:**

O presente expositor foi apresentado em plenário.

EM 12 / 04 / 2018

na 18ª reunião da 2ª Sessão

LEGIS. Nº 14º 467

Ver. Secretário

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência, para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, para apreciação e voto, o incluso Projeto de Lei, que **“altera a Lei Municipal nº 3.219 de 25 de maio de 2010, que autorizou o Município de Sapucaia do Sul a realizar convênio de cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e a celebrar Contrato de Programa com a CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento, para que CORSAN formalize parceria público-privada, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005 e dá sobre outras providências”**.

Atualmente, compete à Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) a exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Município de Sapucaia do Sul – RS, nos termos da Lei Municipal nº 3.219, de 25 de maio de 2010, da Lei Estadual nº 12.037, 19 de dezembro de 2003, bem como do Contrato de Programa nº 145/2010; seguindo o modelo de gestão associada de serviços.

A CORSAN tem o projeto de universalizar a disponibilidade da infraestrutura de esgotamento sanitário para a população da região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, visa alavancar a eficiência na prestação dos serviços e majorar a eficácia das ligações dos imóveis às redes coletoras. Assim, a CORSAN desenvolveu estudos técnicos para a implantação de parceria público-privada para a realização das obras de esgotamento sanitário e respectiva operação. Estimou-se que 35 (trinta e cinco) anos é o tempo suficiente para amortização dos investimentos realizados pelo privado.

Pelo presente Projeto de Lei, se propõe a autorização para extensão do prazo de vigência do Contrato de Programa nº 145/2010, em mais 37 anos, principalmente para que o termo final do prazo contratual não coincida com o encerramento da parceria público-privada. Indica-se, também, a faculdade de que a CORSAN possa, direta ou indiretamente, explorar os serviços de esgotamento sanitário, inclusive mediante a modalidade de contratação de parceria público-privada, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005.

O arranjo jurídico estudado pela CORSAN é a parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa. Nessa hipótese, o parceiro público figura como usuário direto dos serviços e efetua o pagamento da remuneração ao privado. Referido modelo tem total aderência ao arranjo institucional existente, de Gestão Associada de Serviços, no qual figuram o Estado do Rio Grande do Sul, o Município de Sapucaia do Sul e CORSAN. Tratando-se de concessão administrativa, o parceiro privado não interfere diretamente na relação da CORSAN e do Município com os usuários dos serviços, tampouco afeta a política tarifária vigente.

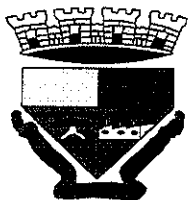
Exmo. Sr.

**DD. Nelson Brambila**

Presidente da Câmara Municipal

Sapucaia do Sul – RS

Nesta.



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



De outro lado, a área de abrangência do estudo, que inclui o Município de Sapucaia do Sul, foi selecionada levando em consideração quatro pontos principais: (i) a complexidade operacional da integração dos sistemas de esgotamento sanitário, (ii) a densidade populacional da região metropolitana, (iii) a recuperação dos mananciais e, por fim, (iv) a viabilidade econômico-financeira do Projeto.

O estudo está lastreado num arranjo contratual bem estruturado. O pagamento das contraprestações pela CORSAN está intimamente relacionado com o atendimento de marcos contratuais objetivos e indicadores de eficiência operacionais. Eles serão monitorados por sistema de medição de desempenho, a partir da atuação de verificador independente contratado pela CORSAN. Haverá, ainda, o acompanhamento por Comitê Gestor, que será composto por representantes dos entes federados envolvidos, o agente regulador dos serviços.

Como é sabido, o município de Sapucaia do Sul está inserido no sistema integrado juntamente com Esteio. Estão programados cerca de R\$ 174,5 milhões de reais em investimentos pelo parceiro privado, que deverá atingir a meta de 87,3% de atendimento no prazo de 11 (onze) anos do início das operações, beneficiando mais de 76.291 imóveis. Estimam-se, ainda, cerca de 3,7 mil empregos gerados de forma direta e indireta nas duas cidades e a importante contribuição na despoluição dos mananciais que as circundam.

Por fim, cumpre esclarecer que o presente Projeto de Lei, se propõe a autorização para extensão do prazo de vigência do Contrato de Programa nº 100/2009, em 37 anos, principalmente para que o termo final do prazo contratual não coincida com o encerramento da parceria público-privada. Indica-se, também, a faculdade de que a CORSAN possa, direta ou indiretamente, explorar os serviços de esgotamento sanitário, inclusive mediante a modalidade de contração de parceria público-privadas, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005. Por fim, sugere-se a alteração das regras do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada, ferramenta financeira formada por parcela das receitas auferidas na prestação de serviços de esgoto para que o município tenha condições de contribuir na consolidação deste importante projeto.

Sem mais, no aguardo da manifestação dessa Casa Legislativa, colhemos o ensejo para renovar nossos protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Luis Rogério Link**  
**Prefeito Municipal**



**Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Sapucaia do Sul  
Procuradoria Geral do Município**



**PROJETO DE LEI Nº (...) / 2018**

Proj. Lei Exec. Nº

Nº 013 / 2018

**Altera a Lei Municipal nº 3.219 de 25 de maio de 2010, que autorizou o Município de Sapucaia do Sul a realizar convênio de cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul e a celebrar Contrato de Programa com a CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento, para que CORSAN formalize parceria público-privada, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005 e dá sobre outras providências.**

**LUIS ROGÉRIO LINK**, Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte,

**LEI:**

**Art.1º.** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alterar a redação dos instrumentos aprovados na Lei Municipal nº 3.219, de 25 de maio de 2010, no sentido de viabilizar que a CORSAN adote todos os procedimentos para contratação de parceria público-privada, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005, conforme disposto a seguir:

I- alterar o "Convênio de Cooperação" firmado com o Estado do Rio Grande do Sul, no qual foi estabelecida a atuação associada nas questões afetas ao saneamento básico do Município, para autorizar que o serviço de esgotamento sanitário seja, executado pela CORSAN, diretamente, ou mediante a formalização de parceria público privada na modalidade de concessão administrativa, na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e da Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005;

II- alterar o "Contrato de Programa" firmado com a CORSAN, por meio do qual foi delegada a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para:

a) na sua forma de prestação, permitindo que o serviço público de esgotamento sanitário seja executado diretamente ou indiretamente, mediante a formalização de parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa, de acordo com a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e a Lei Estadual nº 12.234, de 13 de janeiro de 2005;

b) na fixação de seu prazo de vigência, em mais 37 (trinta e sete) anos, prorrogáveis conforme disposto no contrato, visando torná-lo compatível com o prazo de vigência da parceria público-privada;

c) alterar as disposições do contrato em relação ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada.

**Art.2º.** Revogam-se, integralmente as demais disposições em contrário.

**Art.3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.